

Infrações ambientais nos anos de 2019 e 2020 na regional do Alto Acre - Acre

Maria Júlia Souza de Lima¹; Jorcely Gonçalves Barroso²

¹ Engenheira Florestal, Mestranda do curso de pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta – Acre. E-mail: maria.julia@sou.ufac.br

² Engenheira Florestal, Dra., Professora na Universidade Federal do Acre – Campus Floresta – Acre. E-mail: jorcely.barroso@ufac.br

Resumo

O objetivo desse estudo foi quantificar e analisar os autos de infrações ambientais cometidas na Regional do Alto Acre, localizada no Estado do Acre, nos anos de 2019 e 2020, antes e durante o primeiro ano da pandemia por COVID 19. A Regional do Alto Acre abrangem os municípios de Brasília, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil. Os dados foram obtidos em plataformas de dados abertos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Naturais Renováveis Recursos Rural (Ibama), Programa PRODES/INPE e BDQueimadas - Programa queimadas – INEP. Foram registrados 15 autos de infração, 10 relativos a flora (desmatamento e madeira ilegal), e 5 contra a fauna (caça ilegal de animal silvestre), no ano de 2019 e 39 autos de infração, 37 contra a flora, e 2 contra a fauna, ano de 2020. A área total desmatada foi 100 ha, e 151,11 ha, para os anos de 2019 e 2020, respectivamente. Total do número de focos de incêndios em 2019 e 2020, foram respectivamente 1342 e 1834. Brasília foi o município da regional do Alto Acre que mais contribuiu para o desmatamento, focos de queimadas e infrações ambientais, tanto para o ano de 2019 quanto para o ano de 2020. O afrouxamento na legislação, combinada com anistia para áreas desmatadas ilegalmente, pode fazer com que os proprietários de terras se sintam com poderes para continuar a cometendo crimes ambientais.

Palavras-chave: área desmatada, focos de incêndios, multas ambientais

Introdução

A história do estado do Acre é fundamentalmente marcada pela exploração florestal (DE ALMEIDA, 2019). Os modelos de gestão territorial, em especial na regional Alto Acre, é reflexo das políticas territoriais difundidas na região amazônica ao longo da história, resultaram em um mosaico de usos e formas de ocupação cujo o principal impacto é o desmatamento (FRANCO, 2015). No entanto, outras infrações ambientais também são comuns na região (DE AQUINO et al. 2018).

A política ambiental do Brasil é ampla e abrangente, porém o enfraquecimento da regulamentação e fiscalização ambiental tem provocando larga preocupação, sobretudo no período em que o desafio das estratégias atribuídas pela Covid-19 desviou as atenções (SOUZA, 2020; VALE et al., 2021). Assim é importante diagnosticar as infrações ambientais, a fim de embasar ações de educação e uso sustentável dos recursos florestais. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi quantificar e analisar os autos de infrações ambientais cometidas na Regional do Alto Acre, localizada no Estado do Acre, nos anos de 2019 e 2020, antes e durante o primeiro ano da pandemia por COVID 19.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido na porção oeste do Estado do Acre, especificamente na Regional do Alto Acre, que abrangem os municípios de Brasília, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil. No âmbito macrorregional, caracteriza-se como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia-acreana (SIMONE, 2003). A região tem um clima equatorial, quente e úmido, com temperaturas médias anuais variando entre 24,5° C e 32° C, com vegetação é classificada como Floresta Ombrófila Densa e o Domínio Ombrófila Aberta (ZEE, 2000).

Os dados sobre os autos de infração foram obtidos na plataforma do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Naturais Renováveis Recursos Rural (Ibama) (<http://dadosabertos.ibama.gov.br>). Para determinar a área desmatada, foram acessados os dados disponíveis na plataforma do Programa PRODES/INPE (<http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon>); e os focos de incêndios foram quantificados conforme consulta na plataforma do BDQueimadas - Programa queimadas – INEP (<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). O

levantamento dos dados deu-se para os anos de 2019 e 2020. Os dados foram tabulados e analisados Microsoft Excel, versão 2010.

Resultados e Discussão

Foram registrados na regional do Alto Acre, no ano de 2019, 15 autos de infração, 10 relativos a flora (desmatamento e madeira ilegal), e 5 contra a fauna (caça ilegal de animal silvestre) (Tabela 1). O município de Brasileia, foi o que mais apresentou multas contra a flora na regional Alto Acre, cerca de 7 multas ambientais, para o ano de 2019. No ano de 2020, foram emitidos 39 autos de infração, 37 contra a flora, e 2 contra a fauna. O município de Brasileia, Assis Brasil foram que apresentaram mais autos de infrações ambientais.

Tabela 1: Levantamento quantitativo dos autos de infração (quantidade - n), área desmatada (hectare – ha) e focos de incêndios (quantidade - n) nos anos de 2019 e 2020, na regional do Alto Acre - Acre.

Parâmetro analisado	Ano	Regional Alto Acre
Autos de Infração (n)	2019	15
	2020	39
Desmatamento (ha)	2019	100,9
	2020	151,01
Focos de incêndios (n)	2019	1342
	2020	1834

A regional do Alto Acre, apresentou no ano de 2019, uma área total desmatada de 100 ha, reduzindo para 151,11 ha, em 2020. O município que apresentou maior contribuição percentual para o desmatamento na regional, com 39% do total cada, foi Xapuri em 2019 e Brasileia em 2020. O município que teve menor área desmatada nos dois anos foi Epiatolândia com 7% e 8% do total da área desmatada, para os anos de 2019 e 2020, respectivamente.

Total do número de focos de incêndios em 2019 e 2020 foram, respectivamente, 1342 e 1834. Os municípios de Xapuri e Brasileia também apresentaram maior número de focos de queimadas, na regional do Alto Acre no período de 2019 a 2020. Para o ano de 2019, Brasileia com 43% em seguida Xapuri com 31% dos focos registrados. Já no ano de 2020, Brasileia registrou 34% e Xapuri 41% dos focos de queimadas.

De acordo com os dados coletados, Brasileia foi o município da regional do Alto Acre que mais contribuiu para o desmatamento, focos de queimadas e infrações ambientais, tanto para o ano de 2019 quanto para o ano de 2020. A variação no número de desmatamento, queimadas e autos de infração observada na presente pesquisa, pode estar fortemente associada à flexibilização das atividades de fiscalização. O governo federal publicou 195 atos relacionados ao meio ambiente: portarias, instruções normativas, decretos e outras normas - o número foi 12 vezes maior do que nos mesmos meses de 2019, quando saíram apenas 16 atos (SOUZA, 2020; VALE et al., 2021). MUNIZ et al. (2020) observaram que na Amazônia Legal, a cada dez municípios onde o Ibama menos multou em 2019, cerca de oito tiveram aumento no desmatamento em 2020.

Conclusões

Durante o período entre 2019 e 2020, houve um aumento na quantidade de autos de infrações emitidos, no tamanho da área desmatada e nos focos de queimadas, na regional do Alto Acre, com maior quantidade de infrações emitidos no município de Brasileia. O afrouxamento na legislação, combinada com anistia para áreas desmatadas ilegalmente, pode fazer com que os proprietários de terras se sintam com poderes para continuar a cometendo crimes ambientais.

Referências Bibliográficas

DA SILVA, S. S. Das “microrregiões geográficas” às “regionais de desenvolvimentos”: regionalizações das terras acreanas e as possibilidades de novos arranjos no princípio do século XXI. **UÁQUIRI-**

Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, v. 1, n. 1, 2019.

DE AQUINO C. W. et al. A caça e a conservação da fauna silvestre no estado do Acre. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, n. 2, p. 130-148, 2018.

DE ALMEIDA, L. F. História social do trabalho no Brasil e trabalhadores extrativistas no Acre: alguns apontamentos. **UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 1, n. 1, 2019.

FRANCO, A. de O. As populações tradicionais nos modelos de gestão territorial da Amazônia Sul Ocidental: reflexões sobre a Regional Alto Acre. **ENANPEGE**, v. 11, p. 6072-6081, 2015.

MUNIZ, B., FONSECA, B., RIBEIRO, R., 2020. Governo Bolsonaro reduz multas em municípios onde o desmatamento cresce. Agência Pública (Dados, 24/08/2020). Acessado em: 30 de maio de 2022. Disponível em: < <https://apublica.org/2020/08/governo-bolsonaro-reduz-multas-em-municipios-onde-desmatamento-cresce/> >

RUPANI, P. F. et al. Coronavirus pandemic (COVID-19) and its natural environmental impacts. **International Journal of Environmental Science and Technology**, v. 17, n. 11, p. 4655-4666, 2020.

SILVA, S.S. et al. **Queimadas 2020 no Estado do Acre**. Relatório executivo de queimadas. Cruzeiro do Sul: UFAC, 2020. 36 p.

VALE, M. M. et al. The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. **Biological conservation**, v. 255, p. 108994, 2021. WATCH, Human Rights. Os impactos das queimadas associadas ao desmatamento da Amazônia brasileira na saúde. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2020/08/brazil0820pt_web.pdf Acesso: 24/09/2020.

ZAHAWI, R. A.; REID, J. L.; FAGAN, M. E. Potential impacts of COVID-19 on tropical forest recovery. **Biotropica**, v. 52, n. 5, p. 803, 2020.